Cardápio trabalhista da Nova República

Reginaldo "Regis" Morais

O esquecimento do passado — elegantemente apelidado de “ruptura com a inflação inercial” — significa um decreto de anistia com o qual o novo governo perdoa a política salarial da ditadura.

INTRODUÇÃO

Oitava economia capitalista do mundo, população economicamente ativa de mais de 50 milhões de pessoas, das quais aproximadamente 20 milhões têm carteira assinada; perto de 7 milhões de trabalhadores na indústria de transformação, dos quais 50% no Estado de São Paulo e 1/3 na região da Grande São Paulo, uma das cinco maiores concentrações do proletariado industrial do mundo capitalista.

Apenas esses poucos dados já atestam a importância da política trabalhista para o governo brasileiro. E há mais motivos.

Como tentara se legitimar o governo militar, nos seus melhores dias? No “milagre” do crescimento econômico e da industrialização. Ditadura sim... mas desenvolvimentista e promotora do “bem-estar material”. Ditadura do eletrodoméstico, do automóvel, da TV e das cadernetas de poupança.

A relação entre desempenho econômico e instituições políticas sempre apareceu, na história brasileira, com essa ambigüidade, reveladora da separação crônica entre os ideais de "justiça social" e "liberdade política" — uma parecendo possível às custas da supressão da outra.

Todos os recortes produzidos sobre os direitos políticos dos cidadãos — e dos trabalhadores em especial — foram justificados em nome da fé na consecução de um futuro econômico radiante. Desse modo se justificou o silêncio ou a participação ritual, aquela que se reduz à periferia do sistema de exploração. Desse modo se justificou o esquecimento do passado, operação fundamental para que os brasileiros, a cada vinte anos, se surpreendam consigo mesmos, como se a continuidade da situação, levemente alterada, signifi- casse "a maior transformação do século"

O leitor encontrará neste artigo dois atos desse drama sem heróis. No primeiro, "Os salários e os empregos", analisamos:
1. a política salarial do governo militar e seus resultados;
2. as mudanças promovidas em 1985;
3. o plano de estabilização de 1986 e os salários;
4. o seguro-desemprego no plano de estabilização;
5. o significado político do plano: do choque ao pacto social.
No segundo ato, "A estrutura sindical e a Nova República", analisamos:
1. a herança da ditadura;
2. as alterações prometidas e as promovidas.

1. OS SALÁRIOS E OS EMPREGOS

1. A política salarial dos governos militares e seus resultados

Seria injusto atribuir aos governos originados do golpe de 1964 a "esta- tização" dos reajustes salariais. A rigor, dispositivos desse tipo já existiram anteriormente. A CLT, no seu artigo 623, por exemplo, já declarava nula qualquer cláusula de negociação coletiva que contrariasse direta ou indireta- mente a política econômico-financeira do governo.

As equipes militares e tecnocráticas pós-64 dispuseram de condições políticas privilegiadas para aperfeiçoar e fazer cumprir a ríspia essas determi-nações. Desse modo, a nova lei de greve faria a paralisação do trabalho se tornar inútil quando possível e impossível quando útil. E os Tribunais do Traba-lho foram proibidos até mesmo de homologar acordos coletivos que superassem os índices oficiais, decretados pelo Executivo.

A política salarial inventada pelo ministro Simonsen durou até o gover-no Figueiredo. Basicamente, ela consistia na recomposição do poder de com-

228
pra dos salários pelo seu valor médio real dos últimos 24 meses (período depois reduzido para 12). Além disso, incluía um “resíduo inflacionário” como seguro contra a inflação dos meses seguintes. Politicamente, era apresentada como um “teorema de eficiência econômica”, um reajuste técnico e neutro, como alternativa ao sistema de pressões políticas, sindicais e eleitorais que teriam caracterizado os últimos anos de governo civil. Frequentemente também se argumentava que o “tratamento de choque” visava romper as ligações entre taxas de inflação passada e futura. Afinal, todos ganhariam com a contenção do ritmo inflacionário e o crescimento do bolo econômico, que traria como frutos o aumento da produtividade, do emprego e dos salários.

É certo que essa política fora remendada ocasionalmente, por pressão de circunstâncias políticas e sociais “quentes” — em 1968 e em 1974. Mas é apenas em 1979 que o ministro Murilo Macedo propôs e impôs uma reforma um pouco mais ampla.

A Lei nº 6.708/79 conservava a indexação dos salários — isto é, a correção automática conforme um coeficiente divulgado mensalmente pelo Executivo (o INPC, Índice Nacional de Preços ao Consumidor). O INPC seria calculado a partir da cesta de consumo da família com renda até 5 salários mínimos (SM) em dez regiões metropolitanas. As inovações seriam as seguintes:

1º) correção dos salários a cada 6 meses, e não mais anualmente;
2º) negociações coletivas anuais (na data-base de cada categoria profissional) discutiriam os “ganhos de produtividade”;
3º) A massa salarial seria dividida em faixas com reajustes diferenciados. Assim, por exemplo, um salário equivalente a 12 SM teria as seguintes correções:
   a) o valor até 3 SM seria multiplicado por 1,1 do INPC;
   b) o valor compreendido entre 3 SM e 10 SM seria multiplicado pelo INPC integral;
   c) o valor que excedesse os 10 SM seria multiplicado por 0,8 do INPC;
   d) o valor total do novo salário seria a soma das três parcelas.

A nova lei foi apresentada como politicamente “aberturista”, já que acenava para futuras “negociações diretas”. Além disso, argumentava-se com o seu caráter socialmente reformista, uma vez que reajustava com maiores índices as faixas mais baixas dos salários. Adicionalmente, o governo acreditava que a correção semestral automática retiraria grande parte do poder de fogo dos sindicatos em suas campanhas salariais, agora destinadas a lutar e conquistar, apenas, a margem reduzida do índice de produtividade. O ministro do Trabalho Murilo Macedo chegou a desafiar os sindicatos a realizarem assembleias de milhares de trabalhadores, agora que o governo garantia, previamente, a reposição semestral das perdas inflacionárias. O superministro
Delfim Netto acreditou ter força suficiente para impor aos sindicatos uma "trégua" ou pacto social antigraves. A própria oposição liberal e a esquerda reformista, porém, acreditavam que as figuras do regime não eram as mais credenciadas para obter dos operários esse estancamento de suas mobilizações.

O movimento sindical reagiu à nova lei, entre outros motivos porque ela na verdade "redistribuía" a riqueza no interior da massa salarial, deixando intocados os ganhos do capital. A ironia da história é que as políticas salariais posteriores foram tão macabras que a lei de 1979 pareceu a "menos ruim".

A legislação salarial sofreu seguidas transformações durante o ano de 1983. Empenhado em fechar acordos com o FMI e garantir o pagamento da crescente dívida externa através de "sacrifícios salariais", o governo Figueiredo enviou à apreciação do Congresso uma sanção de decretos-lei: 2.012, 2.024, 2.045, finalmente o 2.065, aquele que mais durou. Mais duro, note o leitor, porque os decretos vigoravam até serem rejeitados pelo Congresso. O que significa que as categorias profissionais que tiveram reajustes durante esse prazo foram efetivamente "garfadas" pela legislação provisória. Finalmente, em 1984, foi aprovada a Lei n.º 7.238, que amolecia os decretos anteriores, mas, mesmo assim, implicava uma perda real e cumulativa dos salários, quando comparada com a Lei n.º 6.708/79. Pode-se ver essas perdas no Quadro 1.

Deve-se acrescentar que as perdas eram ampliadas por outro decreto de 1983, o de n.º 88.436, que baixava normas inovadoras para o cálculo do INPC. Daí por diante, o INPC seria "expurgado" de aumentos de preços qualificados como atípicos e acidentais: más colheitas, secas, enchentes, prejuízos no comércio exterior, etc. O resultado é que o INPC ficou sistematicamente abaixo do IGP (Índice Geral de Preços, da Fundação Getúlio Vargas). Além do que, os ganhos de capital seriam corrigidos pelo IGP... Ou seja, os "acidentes" econômicos seriam pagos pelos salários e não pelos lucros e juros. O leitor pode ver essa defasagem, mês a mês, no Quadro 2.

Portanto, quando os governos militares se despediram da Presidência da República, deixaram um patamar de arrocho que necessariamente seria posto em causa por campanhas sindicais visando simplesmente a reposição de perdas.

O nivelamento para baixo era visível em alguns fatos mais escandalosos:

19) O salário mínimo havia sido desvalorizado em termos brutais, como cansou de demonstrar o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos). Esta instituição divulgava periodicamente o seu cálculo de "horas de trabalho para comprar a ração essencial", números escandalosos agitados pelo movimento sindical, a demonstrar que cada vez se trabalhava mais para comer menos.
O salário médio também sofreu achatamento. Os índices de inflação manipulados, a diferença entre reajuste dos ativos financeiros (ORTN, por exemplo) e salários, a rotatividade estimulada pela política trabalhista do governo — eram expedientes que faziam baixar as folhas de pagamento, no seu valor real, e, portanto, a participação do trabalho no valor criado.

### QUADRO 1

***REAJUSTES CONFORME AS DIFERENTES LEIS SALARIAIS***

(coeficiente a multiplicar pelo INPC, para cada faixa)

<table>
<thead>
<tr>
<th>SALÁRIO EM SM</th>
<th>LEI 6708/79</th>
<th>DECRETO-LEI 2012</th>
<th>DECRETO-LEI 2024</th>
<th>DECRETO-LEI 2065</th>
<th>LEI 7238</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>1.1</td>
<td>1.0</td>
<td>1.0</td>
<td>1.0</td>
<td>1.0</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>1.1</td>
<td>1.0</td>
<td>1.0</td>
<td>1.0</td>
<td>1.0</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>1.1</td>
<td>1.0</td>
<td>1.0</td>
<td>1.0</td>
<td>1.0</td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>1.075</td>
<td>0.9875</td>
<td>1.0</td>
<td>0.95</td>
<td>0.95</td>
</tr>
<tr>
<td>5</td>
<td>1.060</td>
<td>0.9800</td>
<td>1.0</td>
<td>0.92</td>
<td>0.95</td>
</tr>
<tr>
<td>6</td>
<td>1.050</td>
<td>0.975</td>
<td>1.0</td>
<td>0.9</td>
<td>0.90</td>
</tr>
<tr>
<td>7</td>
<td>1.042</td>
<td>0.9714</td>
<td>1.0</td>
<td>0.886</td>
<td>0.886</td>
</tr>
<tr>
<td>8</td>
<td>1.037</td>
<td>0.95</td>
<td>0.975</td>
<td>0.85</td>
<td>0.875</td>
</tr>
<tr>
<td>9</td>
<td>1.033</td>
<td>0.9333</td>
<td>0.955</td>
<td>0.822</td>
<td>0.866</td>
</tr>
<tr>
<td>10</td>
<td>1.030</td>
<td>0.92</td>
<td>0.94</td>
<td>0.8</td>
<td>0.86</td>
</tr>
<tr>
<td>11</td>
<td>1.009</td>
<td>0.9091</td>
<td>0.927</td>
<td>0.782</td>
<td>0.854</td>
</tr>
<tr>
<td>12</td>
<td>0.992</td>
<td>0.9</td>
<td>0.917</td>
<td>0.767</td>
<td>0.85</td>
</tr>
<tr>
<td>13</td>
<td>0.979</td>
<td>0.8923</td>
<td>0.908</td>
<td>0.754</td>
<td>0.846</td>
</tr>
<tr>
<td>14</td>
<td>0.965</td>
<td>0.8857</td>
<td>0.9</td>
<td>0.743</td>
<td>0.842</td>
</tr>
<tr>
<td>15</td>
<td>0.954</td>
<td>0.88</td>
<td>0.893</td>
<td>0.733</td>
<td>0.84</td>
</tr>
<tr>
<td>16</td>
<td>0.944</td>
<td>0.8562</td>
<td>0.869</td>
<td>0.719</td>
<td>0.837</td>
</tr>
<tr>
<td>17</td>
<td>0.935</td>
<td>0.8353</td>
<td>0.847</td>
<td>0.706</td>
<td>0.835</td>
</tr>
<tr>
<td>18</td>
<td>0.928</td>
<td>0.8166</td>
<td>0.828</td>
<td>0.694</td>
<td>0.833</td>
</tr>
<tr>
<td>19</td>
<td>0.921</td>
<td>0.8000</td>
<td>0.811</td>
<td>0.684</td>
<td>0.831</td>
</tr>
<tr>
<td>20</td>
<td>0.915</td>
<td>0.7850</td>
<td>0.795</td>
<td>0.675</td>
<td>0.83</td>
</tr>
</tbody>
</table>


A folha de pagamento do pessoal ocupado na produção caía mais que o nível de emprego e, mais chocante, seguia uma trajetória inversamente proporcional ao grande crescimento da produtividade. Veja-se, por exemplo, o quadro abaixo, a partir de dados publicados pelo DIEESE, em seu *Boletim*
<table>
<thead>
<tr>
<th>ANO/MÊS</th>
<th>INPC</th>
<th>IGP</th>
<th>IPA</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1983</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Janeiro</td>
<td>103,95</td>
<td>104,9</td>
<td>99,99</td>
</tr>
<tr>
<td>Fevereiro</td>
<td>104,18</td>
<td>104,3</td>
<td>101,36</td>
</tr>
<tr>
<td>Março</td>
<td>109,10</td>
<td>109,7</td>
<td>110,78</td>
</tr>
<tr>
<td>Abril</td>
<td>114,92</td>
<td>117,4</td>
<td>119,17</td>
</tr>
<tr>
<td>Maio</td>
<td>113,41</td>
<td>118,6</td>
<td>119,06</td>
</tr>
<tr>
<td>Junho</td>
<td>112,16</td>
<td>127,2</td>
<td>112,27</td>
</tr>
<tr>
<td>Julho</td>
<td>124,31</td>
<td>142,8</td>
<td>134,94</td>
</tr>
<tr>
<td>Agosto</td>
<td>131,69</td>
<td>152,7</td>
<td>154,89</td>
</tr>
<tr>
<td>Setembro</td>
<td>142,24</td>
<td>174,9</td>
<td>175,05</td>
</tr>
<tr>
<td>Outubro</td>
<td>163,53</td>
<td>197,2</td>
<td>224,33</td>
</tr>
<tr>
<td>Novembro</td>
<td>171,12</td>
<td>206,8</td>
<td>228,96</td>
</tr>
<tr>
<td>Dezembro</td>
<td>172,90</td>
<td>211,0</td>
<td>224,27</td>
</tr>
<tr>
<td>1984</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Janeiro</td>
<td>170,27</td>
<td>213,2</td>
<td>213,32</td>
</tr>
<tr>
<td>Fevereiro</td>
<td>176,07</td>
<td>230,1</td>
<td>216,54</td>
</tr>
<tr>
<td>Março</td>
<td>179,43</td>
<td>229,7</td>
<td>218,47</td>
</tr>
<tr>
<td>Abril</td>
<td>186,33</td>
<td>228,9</td>
<td>232,74</td>
</tr>
<tr>
<td>Maio</td>
<td>194,41</td>
<td>235,5</td>
<td>240,77</td>
</tr>
<tr>
<td>Junho</td>
<td>199,78</td>
<td>226,5</td>
<td>246,42</td>
</tr>
<tr>
<td>Julho</td>
<td>197,04</td>
<td>217,9</td>
<td>228,93</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Tabela elaborada pelo IBRART/Min. Trabalho, a partir de dados da FIBGE e da Fund. Getúlio Vargas (Conjuntura Econômica).

Obs.: O decreto que expurga o INPC é de junho/83; na tabela pode-se verificar o “estrago” produzido nos reajustes salariais no período de um ano. O INPC esteve sistematicamente abaixo do IGP e do IPA, Índice de Preços dos Alimentos, que reflete o crescimento dos preços de alimentos consumidos por uma família situada na faixa de renda até 5 salários mínimos.

de maio de 1985, em valores médios para janeiro de 1984, confrontados com a média de 1981:

49) Ainda um elemento explicava o achatamento do salário médio real e a sucção de valor, do trabalho em direção ao capital, todo dia, mês e ano. Esse elemento é a diferença de períodos de reajuste entre preços e salários.
QUADRO 3

<table>
<thead>
<tr>
<th>SETOR</th>
<th>Pessoal ocupado na prod. (POP)</th>
<th>Folha pgto real do POP</th>
<th>Produtividade (quantum POP)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Indústria em geral</td>
<td>-15,9</td>
<td>-20,9</td>
<td>+19,7</td>
</tr>
<tr>
<td>Ind. de Transformação</td>
<td>-16,1</td>
<td>-21,3</td>
<td>+18,3</td>
</tr>
<tr>
<td>Ind. Metalúrgica</td>
<td>-14,9</td>
<td>-51,8</td>
<td>+27,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Ind. Mecânica</td>
<td>-26,8</td>
<td>-29,8</td>
<td>+17,2</td>
</tr>
<tr>
<td>Ind. Material de Transporte</td>
<td>-15,9</td>
<td>-22,4</td>
<td>+14,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Ind. Química</td>
<td>-11,3</td>
<td>-11,7</td>
<td>+26,4</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Base: Média de 1981 = 100
Fonte: FIBGE

Vejamos. É como se o trabalhador, com reajuste semestral e inflação de 10% ao mês, recebesse, anualmente, cerca de dez salários reais e não treze. Ou como se recebesse, todo mês, um salário correspondente, em poder de compra, a 75% do seu valor nominal. Atente o leitor para este fato, porque, como veremos adiante, ele é decisivo para a compreensão do significado “preservador da realidade” da reforma econômica de fevereiro/86 (Decreto-Lei nº 2.283). Reajustando os salários pela sua média semestral, isto é, pelo seu valor erodido, ela elimina, eventualmente, a inflação mensal, mas preserva seu efeito sobre o salário...

Economistas moderados, aliás, expuseram, na revista empresarial Senhor, um escandaloso cálculo, hipotético mas não fictício. Nele se compara o desempenho de preços (reajustados mensalmente) e salários (reajustados semestralmente) nos anos 84-85. Isto é, com uma inflação próxima dos 10% ao mês teríamos o seguinte quadro:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Período</th>
<th>Preço hipotético do produto</th>
<th>Valor do Salário</th>
<th>Diferença</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Mês 01</td>
<td>1.100</td>
<td>1.000</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>Mês 02</td>
<td>1.210</td>
<td>1.000</td>
<td>210</td>
</tr>
<tr>
<td>Mês 03</td>
<td>1.330</td>
<td>1.000</td>
<td>330</td>
</tr>
<tr>
<td>Mês 04</td>
<td>1.464</td>
<td>1.000</td>
<td>464</td>
</tr>
<tr>
<td>Mês 05</td>
<td>1.611</td>
<td>1.000</td>
<td>611</td>
</tr>
<tr>
<td>Mês 06</td>
<td>1.772</td>
<td>1.772</td>
<td>000</td>
</tr>
<tr>
<td>Total Semestre</td>
<td>8.487</td>
<td>6.772</td>
<td>1.715</td>
</tr>
</tbody>
</table>

233
Ou seja, mesmo imaginando que os índices para reajuste de preços fossem os mesmos dos salários (o que já é duvidoso, como se viu), teríamos aí um sobretuíço de Cr$ 1.715 por cabeça. Vamos além. Suponhamos que a diferença mensal seja aplicada no mercado financeiro, a 10% ao mês. A aplicação renderia ao capitalista, ao fim do semestre, perto de Cr$ 2.138 por cabeça, isto é, 35,64% da sua folha de pagamento! O cálculo, como dissemos, é hipotético e simplificado, mas não é simplista e muito menos fantasioso. O grupo Bardeia, por exemplo, apresentava, em 1985, 50% do seu faturamento garantido por aplicações no mercado financeiro e não pelas suas aplicações produtivas. Especialistas em auditoria têm apontado o caráter nada excepcional dessa situação.

Sintetizando os “indicadores macroeconômicos 1980-84”, o DIEESE (Boletim de agosto de 1985) mostrava que, tomando os níveis de 1980 como base 100 teríamos os seguintes dados:

1º) o salário mínimo real teria passado para o índice 84,2;
2º) o salário médio na indústria de transformação em São Paulo chegara ao índice 84,2;
3º) o nível de emprego na indústria paulista: 81,4;
4º) o nível de produção industrial: 91,1;

Em poucas palavras, o capital tomará fôlego nos anos de crise, conservara (e em muitos campos ampliara) suas margens de lucro e dispunha de reservas de força de trabalho e capacidade produtiva para “saltar” em 1985.

Na região da Grande São Paulo, por exemplo, os empregadores dispunham, no primeiro trimestre de 1985, de perto de 965 mil pessoas (14% da população economicamente ativa, PEA) no desemprego. E um desemprego médio de sete meses, conforme a pesquisa do DIEESE.

2. As mudanças de 1985

Assim se fez portanto a “travessia do deserto” e se chegou, com o novo governo, à terra prometida. Em 1985, há pelo menos quatro fatos a destacar:

1º) as alterações institucionais na legislação salarial,
2º) as alterações institucionais de socorro à sub-remuneração, isto é, o programa de “prioridades sociais” ou de salários indiretos do novo governo;
3º) a recuperação relativa da produção e do nível de emprego;
4º) as conquistas sindicais arrancadas aos empresários.

Veremos depois as alterações promovidas pelo choque estabilizador de fevereiro de 1986.
As alterações institucionais começaram pelo reajuste do salário mínimo alguns pontos acima do INPC. Mesmo assim, um trabalhador com essa remuneração receberia, no início de dezembro, descontadas suas contribuições à previdência social, perto de Cr$ 550 mil. O salário mínimo real — calculado pelo DIESE — a partir do texto constitucional e de levantamentos de preços da chamada cesta básica de consumo da família trabalhadora — chegava perto de Cr$ 2,5 milhões em dezembro...

No final do ano, outra alteração importante foi a "unificação" dos índices de correção monetária. O Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), divulgado semanalmente pelo IBGE, passaria a corrigir tanto os salários quanto os ativos financeiros e ganhos do capital, rompendo a dualidade anterior entre INPC e IGP. Contudo, nos seus primeiros meses a "ampliação" do índice revelou valores abaixo da inflação real, o que deu margem à acussação de novas manipulações de índices. Na verdade, um inconveniente do novo índice é que se calcula a partir de uma cesta de consumo de uma família assalariada de 30 SM e não mais de 5 SM. Ora, na faixa mais baixa dos salários o peso da alimentação no orçamento é maior: a alimentação pesa aproximadamente 47% no cálculo do INPC e 33% no cálculo do IPCA. E historicamente (ou pelo menos desde 1970) os preços da alimentação têm subido com mais frequência e velocidade que os outros itens. Portanto, não é de surpreender que pudesse surgir novas deformações desfavoráveis à base da pirâmide salarial. O IPCA passará a refletir menos o poder de compra de 90% da população economicamente ativa — aquela situada no limite dos 5 SM — e mais o dos setores mais altos da pirâmide. Efetivamente, a inflação de fevereiro de 1986 foi de 14,93%, mas o custo da alimentação subiu 17,64%.

20) O socorro à miséria absoluta

Quanto às "prioridades sociais", constantemente alteradas e adiadas pelo governo, elas foram finalmente inseridas no "pacote econômico" enviado pelo Executivo ao Congresso nos últimos dias da legislatura. Consistem num gasto, da União, de Cr$ 76 trilhões em programas de emergência visando "erradicar a miséria absoluta". Na verdade, trata-se de 10,5 milhões de salários mínimos por mês, adquiridos pelo Estado na forma de alimentos, remédios, saneamento, educação. Em outras palavras, salário indireto e consumo administrado centralmente, prometido para 1986.

Não se entusiasme o leitor com a erradicação da miséria. Dos "programas sociais" contidos no pacote econômico de novembro de 1985, apenas
dois (suplementação alimentar e leite para crianças) não existiam antes. Os planos agora divulgados, aliás, são uma parte do “programa de cem dias” elaborado pela comissão assessoria do candidato Tancredo Neves. Seus recursos foram adiados durante o ano. Além disso, um deles foi suspenso até segunda ordem, quando se descobriu que talvez o governo não tivesse onde comprar tanto leite. Um dado complicador é que — como os economistas do novo governo estão cansados de saber — uma parcela mínima desses recursos chega efetivamente à população... a não ser que esta disponha de controles mais amplos sobre as instituições públicas...

30) Recuperação da produção industrial e do emprego

Efetivamente registrou-se uma recuperação nesses índices. Como vemos, trata-se de uma recuperação relativa a um patamar anterior extremamente crítico. Por outro lado, essa recuperação precede o novo governo — e é em grande parte independente de suas decisões. Aliás, de suas indecisões, uma vez que figuras destacadas do empresariado têm declarado diariamente à grande imprensa que não se investiria produtivamente enquanto não houvesse, da parte da equipe instalada no Planalto, uma política econômica definida e confiável.

Vejamos agora os números.

As nossas fontes básicas são três: 19) os Indicadores do IBGE, edição de novembro de 1985; 20) a pesquisa DIEESE-SEADE (Fundação Estadual de Análise de Dados); 30) os indicadores de conjuntura de Indústria & Desenvolvimento, da FIESP, edição de novembro de 1985, além dos números divulgados pela FIESP em janeiro de 1985.

O IBGE aponta um crescimento do pessoal na produção, para o conjunto da indústria brasileira no período agosto-84 a agosto-85, da ordem de 4,15%, com destaque para os gêneros dinâmicos, sobretudo a indústria mecânica, de material elétrico e de material de transporte. E um crescimento da folha de pagamento de perto de 12,3%. Importante também é que se registra ao crescimento da produção física da indústria. No setor de bens de consumo duráveis, no período outubro-84 a outubro-85, esse crescimento teria sido de mais de 35%. No setor bens de capital, um crescimento de mais de 17%. Comparando-se especificamente o período janeiro/outubro de 1985 com igual período de 1984, o setor de bens de consumo duráveis teria crescido 14,09% e o de bens de capital, 11,42%. De qualquer modo, confrontados com os números de 1981-82-83, os índices de 1984-85 mostram visível reaquecimento.
Os dados da FIESP montariam o seguinte quadro sinóptico:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Indicadores</th>
<th>(base média mensal 1978 = 100)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Agosto/84</td>
</tr>
<tr>
<td>Pessoal ocupado</td>
<td>87,9</td>
</tr>
<tr>
<td>Horas trabalhadas</td>
<td>88,4</td>
</tr>
<tr>
<td>na produção</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Consumo de energia</td>
<td>146,5</td>
</tr>
<tr>
<td>elétrica na produção</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total de salários nominais</td>
<td>7808</td>
</tr>
<tr>
<td>nominais</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total de vendas nominais</td>
<td>12468</td>
</tr>
<tr>
<td>Nível de utilização da capacidade</td>
<td>75,2%</td>
</tr>
<tr>
<td>instalada</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>


Os dados do DIEESE/SEADE apontavam, no primeiro trimestre de 1985, um total de 965 mil desempregados na região da Grande São Paulo (14% da PEA), número que teria caído para perto de 850 mil (12% da PEA) no trimestre julho-agosto-setembro e para 755 mil (10,7%) em novembro. Esses números devem ser analisados em confronto com os indicadores macroeconômicos que o DIEESE publicou a respeito do período 1980-84, números que já reproduzimos mais acima. A pesquisa indica ainda uma queda na duração média do desemprego (8 meses para 5) e relativo crescimento real dos rendimentos médios mensais.

O que de qualquer modo se destaca, nas três fontes, é uma recuperação da produção e do emprego desde a segunda metade de 1984 (os dados do Ministério do Trabalho publicados pela SEADE datam essa recuperação de fevereiro de 1984). Destaque-se porém: recuperação relativamente aos anos críticos de 1981-82-83. Note-se ainda a apropriação, pelas empresas, dos ganhos de produtividade. O conjunto dos dados parece apontar uma
importante margem de manobra para uma recuperação significativa da acumulação de capital.

Os ingredientes prometiam. Super-arrocho no período 1980-84 e evidente contenção forçada das reivindicações de reposição; recuperação da produção e do emprego – o que, por um lado, concede margem de concessões à indústria e, por outro, instila confiança no proletariado; crescente articulação do movimento intersindical; distensão política que dificulta (mas não impede...) a repressão administrativa e policial aos movimentos previstos. Nesse quadro, o ano de 1985 viu saltar numerosas lutas reivindicatórias dos assalariados.

Cerca de 400 ou 500 greves eclodiram nesse ano, atingindo vários setores profissionais. As paralisações forçaram a assinatura de acordos em separado (por empresa) ou convenções que superavam os limites fixados pela indexação oficial. Além disso, os dissídios julgados pelos Tribunais do Trabalho muitas vezes tiveram como resultado propostas conciliatórias que contemplavam algumas reivindicações anteriormente negadas pelos empresários, sobretudo reposição de perdas salariais anteriores.

A primeira grande paralisação – prontamente apelidada de impatriótica por coincidir com a agonia do presidente – foi a dos metalúrgicos do interior de São Paulo. Atingia perto de 280 mil trabalhadores, dos quais 240 mil representados por entidades filiadas à CUT – em outros casos, como em São Caetano (ABC), a FIESP negociava com a diretoria pelegra do sindicato e com a oposição (CUT), fortemente enraizada nas empresas da base. As reivindicações centrais eram: trimestralidade nos reajustes, aumento real de salários, jornada de 40 horas (redução), escala de carreira única e salário profissional em todas as empresas. A tática dos sindicatos foi paralisar as fábricas e setores alternadamente – a operação “vaca brava” –, dificultando a repressão e pondendo em desordem a malha industrial. Numerosos acordos em separado foram assinados – sobretudo em São Bernardo, Santo André, São José dos Campos, Campinas – contemplando algumas das reivindicações operárias: reajustes de produtividade, algumas formas de estabilidade e representação dos trabalhadores no interior da empresa, alterações nas estruturas de cargos e salários, concessão de abono-emergência (ou 14º salário). Durante os meses de junho e julho o DIEESE chegou a publicar longas separatas de seus boletins, apenas com o registro desses acordos. Movimentos e negociações desse tipo se tornaram quase que diários nessas bases.

Uma outra greve significativa – pelo número e pelo impacto político – foi a de trabalhadores rurais no interior de São Paulo (e em outros estados). Em São Paulo, o movimento atingiu perto de 100 mil trabalhadores temporários da cultura de cana.

Mas as alterações qualitativas do movimento operário pareciam ser en-
saiadas no segundo semestre do ano. A greve nacional dos bancários é bem-sucedida pelo alto grau de organização e pela campanha agressiva dos trabalhadores, denunciando à opinião pública as disparidades entre os fabulosos lucros dos banqueiros e os salários e condições de trabalho que impunham a seus empregados. Adicionalmente, a greve teve como resultado “driblar” a campanha governamental de ameaças de endurecimento e insinuação de caos social. As tentativas de militarização do caso — visíveis nas reuniões de emergência no Planalto — foram frustradas por uma greve dirigida “profissionalmente” e pela evidente “naturalidade” com que foi recebida pela população.

A greve dos bancários estimulou no movimento operário da Grande São Paulo a velha proposta de “unificação das campanhas salariais”. Essa proposta, lançada pela CUT em outubro, sensibilizou as bases sindicais de entidades dirigidas pela CONCLAT, que se viu obrigada a encampá-la. Pelo menos seis categorias — metalúrgicos, químicos, plásticos, marceneiros, gráficos, padeiros —, congregando perto de 600 mil trabalhadores, paralisaram o trabalho por dois dias, reivindicando reposições da jornada para 40 horas semanais. Os acordos foram firmados pela FIESP em separado com cada sindicato, contemplando algumas dessas reivindicações, em maior ou menor intensidade.

Alterações institucionais na legislação salarial, como vimos, foram poucas. Alterações na legislação sindical, como veremos, também. Contudo, o movimento sindical soube aproveitar a relativa dificuldade de repressão política e a incipiente recuperação econômica para conquistar o que a lei ou as propostas empresariais não ofereciam. Nesse sentido foi decisiva a “impatriótica” postura de rejeitar trégua de submissão — oferecidas em nome dos mais curiosos argumentos (entre eles o sentimento de comoção nacional altamente estimulado pela rede de comunicações do país, durante e após a agonia de Tancredo Neves).

O novo presidente, Tancredo Neves, esperava conter os movimentos trabalhistas — que evidentemente aproveitariam a descompressão política para “revanchismos econômicos” através de um “período de trégua” supostamente necessário e suficiente para “por nos eixos” o descolamento entre atividades produtivas e especulação. Os assalariados não seriam chamados a sacrifícios novos, mas deveriam adiar os pedidos de reposição, ou a denominada “dívida social a resgatar”, para quando a “economia nacional” tivesse sido saneada e, depois, lançada em novo ascenso. Adicionalmente, a trégua era apresentada como condição para evitar o fantasma do retrocesso golpista.

Na verdade, as “recuperações” salariais de 1985, arrancadas por algumas categorias, foram um pequeno remendo na esfera dos anos de crise. Tomando 1980 como base = 100, os anos de 1984/85 mostrariam (Boletim do
DIEESE, novembro de 1985) os seguintes índices de salário médio real anual para algumas categorias:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Categoria</th>
<th>1984</th>
<th>1985 (1)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Metalúrgicos S. Paulo (2)</td>
<td>90,1</td>
<td>101,1</td>
</tr>
<tr>
<td>Metalúrgicos S. Bernardo (3)</td>
<td>96,5</td>
<td>105,1</td>
</tr>
<tr>
<td>Químicos S. Paulo</td>
<td>89,3</td>
<td>98,7</td>
</tr>
<tr>
<td>Bancários S. Paulo</td>
<td>100,0</td>
<td>109,6</td>
</tr>
</tbody>
</table>

(1) Estimativa de 11,0% para o Índice de Custo de Vida – DIEESE nos meses de nov./dezembro de 1985 (como se sabe, hoje, índice subestimado).

(2) Considera-se o melhor acordo por fábrica.

(3) Vale observar que trata de categorias que encetaram greves amplas em maio/junho, setembro e outubro de 1985.

Como se percebe, a configuração do quadro social passa a depender agudamente de algumas condições:

a) a estabilidade econômica (e das políticas econômicas do governo: política industrial, agrária, creditícia, negociação da dívida externa, etc.), essencial para que o capital se veja “estimulado” a investir em atividades produtivas;

b) a capacidade do movimento sindical para não perder as “recuperações” de 1985.

Não necessariamente as duas condições ocorrem juntas. Aliás, para grande parte do empresariado, uma implica a eliminação da outra. Ou seja, entende-se aí como condição para crescimento econômico a “aceitação de sacrifícios” por parte do proletariado e flexibilização das relações trabalhistas, flexibilização que deixe livre o capital para sua política de gerenciamento da mão-de-obra (política de salários, de negociações coletivas e de emprego). A receita é claramente exposta na Carta do IBRE (Instituto Brasileiro de Economia, Conjuntura Econômica, FGV, novembro de 1985). Condena-se aí qualquer “tentativa de redução artificial (sic) da remuneração do capital”, uma vez que haveria uma “taxa ‘normal’ de lucro de longo prazo”. E afirma-se a “necessidade de flexibilização dos salários para gerar maior absorção de trabalhadores no processo produtivo”.

A operação seria realizada por vários caminhos: inovações tecnológicas, rotatividade, intensificação dos ritmos de trabalho, pactos sociais e “pulso firme”. Ou por uma combinação dessas receitas.

O início de 1986 mostrava sinais alarmantes de desagregação da Nova República: taxas-recorde de inflação em dezembro-janeiro-fevereiro; absoluta
imprevisibilidade no cálculo econômico das empresas e verdadeira greve de investimentos produtivos; fissuras profundas na Aliança Democrática, com a virtual saída da esquerda peemedebista; inquietação nos quartéis, diante desse "caos" e diante de previsíveis movimentos trabalhistas de envergadura, no primeiro semestre de 1986, talvez desembocando numa greve geral comandada pela fortalecida CUT.

O quadro indicava que medidas "duras" contra o chamado "caos inflacionário" poderiam ter impacto político positivo para o governo. Elas eram insinuadas nas conversações entre membros do governo e as centrais sindicais; o Ministério esperava poder tomá-las no âmbito de um pacto social. Mas a situação se precipitava e elas vieram, na verdade, sob a forma de um Decreto-Lei, de nº 2.283, de 28 de fevereiro. O presidente do Senado, José Fraggeli, chamou o novo "pacote" de pacto presidente-povo: a população aceitaria implicitamente o pacto que as organizações sindicais rejeitavam.

Vamos procurar, aqui, destacar os elementos do pacote mais impactantes no mundo trabalhista, analisando seu significado e suas consequências: a política salarial e de empregos. O leitor encontrará análises dos demais aspectos da reforma em outros artigos deste livro.

3. O plano de estabilização econômica e os salários

No que diz respeito aos salários, o decreto decide a recomposição de sua média real nos últimos 6 meses. Sobre esse salário médio seria acrescentado um abono de 8%. Este adicional é apresentado ora como compensação dos 14 ou 15 dias não contados da inflação de fevereiro, ora como "resíduo" inflacionário sobre a erosão futura. De qualquer modo, o valor obtido por esses cálculos seria estabilizado por 12 meses, a não ser que, nas datas-base das diferentes categorias, os sindicatos conquistassem ganhos de produtividade (já antecipadamente limitados). Se, por outro lado, houvesse no período uma inflação de 20%, seria acionado o "gatilho" da correção automática — a chamada "escala móvel".

Paralelamente, os preços estariam congelados pelo que vigorava em 26/2 ou por índices coletados em seis capitais nos últimos 20 dias. As ORTN também seriam congeladas — deixariam de ser "Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional" — pelo valor atualizado de fevereiro de 1986.

Muitas projeções foram feitas pelos analistas procurando detectar achatamentos existentes ou não na tabela de conversão dos salários. A polêmica se afigura interminável, entre outros motivos pelo fato de que a fórmula de conversão quase que se reduz aos casos individuais, já que as equações
dependem de muitas variáveis, como as antecipações trimestrais, promoções, reclassificações, datas-base diferentes, etc.

Não são essas contudo, a nosso ver, as questões mais relevantes. O significado maior do pacote está em outro registro.

A primeira questão importante está — como lembrou por exemplo o DIEESE — na diferença dos patamares congelados: salários pela média, preços e ativos financeiros, na sua quase totalidade, pelos valores atualizados.

Aliás, um dos "gurus" do plano, Persio Arida, admitiu que seria "ética e socialmente mais justo" o congelamento por critérios uniformes. Mas o ético e o social não coincidiram, segundo seu parecer, com os critérios pelos quais "a economia funciona". Digamos melhor: pelos quais ela tem funcionado. Essa distinção é fundamental para afirmarmos que, se os salários estão oficial e formalmente protegidos da inflação futura, formam definitivamente lacrados com a erosão passada. No dia "D" do decreto estão embutidos e sacramentados o achatamento salarial dos 21 anos anteriores, do superarrocho dos anos recessivos (1981-1984) e as palidíssimas recuperações setoriais dos conturbados últimos 6 meses de 1985. Nesse sentido, o esquecimento do passado — elegantemente apelidado de "ruptura com a inflação inercial" — significa um decreto de anistia com o qual o novo governo perdoa a política salarial da ditadura, perdão explicitamente afirmado pelo decreto com a proibição de reposições salariais no próximo período. O ministro do Trabalho declarou à imprensa que os trabalhadores não deveriam esperar recuperar o que haviam perdido "em 400 anos". A ironia foi devolvida por alguns sindicalistas que sugeriam que o ministro "convertesse" o seu cálculo, cortando por exemplo uns dois zeros...

Lembre-se o leitor da argumentação aqui anteriormente exposta a respeito das perdas resultantes da periodicidade alongada dos reajustes salariais. Tudo se passava como se, a cada 6 meses, por fruto de correções automáticas ou de campanhas salariais a cada passo mais contundentes, os sindicatos conseguissem corrigir a curva declinante dos salários e "manter a média". O decreto afiança — por conta do congelamento de preços — que esta briga não é mais necessária: a média "consagrada" pela prática econômica corrente seria transformada em norma de obrigatório cumprimento. É nesse sentido que se tem afirmado que a média anterior se transforma no pico do período seguinte. Ele se sujeita agora a uma desvalorização admitida, embora — espera-se — mais lenta. A anistia para a "dívida social", que o novo governo dizia pretender resgatar, lança para um futuro de estabilização e crescimento do bolo a "redenção" dos assalariados (além dos já mencionados programas sociais de socorro à miséria).

Tomemos um exemplo. Um salário com valor 1000 em novembro de 1985, em termos reais teria caído para perto de 470 em 1º de abril de 1986
— sua média real estaria num ponto próximo do índice 721. Este ponto é o pico dos próximos 12 meses.* O que significa que, se a inflação for de 1% ao mês até 1-3-1987, esta média teria caído para perto de 680. Somando-se as perdas mensais, em cruzados, aos anteriores 2 ou 3 meses anuais de confisco — erosão já embutida no congelamento pelo salário médio — seriam agora adicionados cerca de 22 dias de trabalho não-pago. A não ser, obviamente, que os trabalhadores sejam suficientemente imparciais para "trans- bordar" o pacote. ... Assim, o decreto sanciona o antigo arrocho salarial e aplica um novo confisco, relativamente moderado.**

Persio Arida escreveu, para a Folha de São Paulo (9-3-1986, p.3), um curioso artigo no qual afirma que o salário médio anterior não era garantido. Na verdade, era parcialmente garantido pela correção automática que reconstituía o pico (este, sim, não era garantido). O que há de novo no decreto é que se garante a não-elevação do salário médio, a não ser por ganhos da produtividade futura, arrancados pelos sindicatos aos empresários. O que o plano garante é a contenção de aumentos e reposições reais sobre o patamar anunciado por Arida como “normal” para o “funcionamento da economia”. O odioso e selvagem da Velha República passou a ser chamado de “normal” a ser preservado, numa paródia particularmente reacionária da sentença hegeliana: o que é real é racional, o que é racional é real. . .

4. O seguro-desemprego

Um elemento adoçante do decreto é a instituição do chamado “seguro-desemprego”. Este passaria a valer na data de regulamentação do decreto (cerca de 60 dias após o 28-2-86). Estabelecido com um piso de 70% do novo salário mínimo, seria concedido aos que fossem desempregados a partir dessa data futura, desde que os desafortunados preenchêssem os seguintes critérios:

a) ter carteira registrada nos últimos 6 meses;

b) ter registro e contribuição à Previdência Social durante 36 dos últimos 48 meses;

*Logo depois de anunciado, o decreto já sofreu uma emenda no que diz respeito à escala móvel. Nas datas-base de dissídio, as categorias poderiam ter automaticamente corrigidos seus salários com 60% do índice de preços. Isto é, uma recomposição de 60% de sua perda antes do “gatilho” de 20% da escala móvel. O que altera em alguma medida o novo confisco, embora não o suprima.

**Até o PCB, sempre solícito em justificar as medidas do governo, reconheceu, em nota pública, que o decreto “institucionaliza as perdas salariais dos últimos 20 anos ao proibir a reposição salarial”. Mas apóia o decreto e afirma não haver novo confisco...
c) não ter recusado outro emprego e não possuir outra fonte de rendimentos.

De cara, ficarão de fora do seguro:
a) os 15 milhões de trabalhadores sem registro;
b) os 5 milhões de subempregados, elegantemente classificados pelos censos na rubrica "trabalhadores por conta própria" com rendimento inferior a 1 salário mínimo;
c) todos os trabalhadores rurais, mesmo com emprego fixo, por não serem contribuintes da Previdência.

Os restantes devem se submeter aos critérios restritivos adicionais. Um estudo de Andrea Calabi, membro da seleta equipe de reformadores, apontava que cerca de 70% dos trabalhadores registrados do país "possuíam" empregos de 7,5 meses por ano, em média, isto é, 30 meses em 48. Legalmente são imunes ao seguro. Levando em conta que são necessários 36 meses de contribuição à Previdência, bem menos de 30% passaram ao estágio seguinte da seleção, para receber ajuda de 4 meses a cada 18. Acrescente-se que a duração média do desemprego tinha sido aumentada nos últimos 5 anos de recessão, com apontavam seguidamente as pesquisas do DIEESE/SEADE. As restrições foram, na verdade, rigorosamente estudadas para não "estourar" os poucos recursos postos à disposição do Ministério do Trabalho. Desnecessário dizer que os que têm direito ao seguro-desemprego são exatamente os que menos têm sido atingidos pelo "infortúnio". A não ser, evidentemente, que o pacote traga embutida a expectativa de uma recessão que ameace sucatear até segmentos mais profissionalizados, estáveis e "ordeiros" da força de trabalho. Adicionalmente, pode-se ter àí uma saudável maneira de punir os renitentes questionadores da autoridade patronal... isto é, os ativistas que têm se destacado (e sido demitidos) nos últimos 5 anos de intensa luta sindical.

5. O significado político do plano de estabilização: do choque ao pacto social

Do ponto de vista econômico, portanto, o pacote implica um confisco adicional nos salários, reduzindo o novo pico — obtido pela média erodida dos últimos 6 meses — num valor que, pela inflação oficial, registrada pelo IBGE, equivalerá a pelo menos 20 dias de trabalho num ano. Além disso, como dissemos, ele conserva o achatamento anterior, de 21 anos (sobretudo os últimos 4 ou 5 anos de recessão). Por isso, um moderado articulista da Folha de São Paulo (6-3-1986, p. 3) afirma: "É a preservação de uma realidade concreta, por mais injusta ou ilusória que possa ter sido".

244
Do ponto de vista político, as afirmações triunfantes e ameaçadoras da grande imprensa e de personalidades do novo governo não deixam dúvidas. O governador paulista Franco Montoro foi claro:

"O pacote acabou com o movimento das diretas-87, fez com que os trabalhadores desistissem de possíveis greves e deixou fortalecido o presidente da República e, em consequência, toda a nação" (Folha da São Paulo, 4-3-1986, p.4).

O editorial do jornal O Estado de São Paulo (10-3-1986) não deixa por menos: à população resta a "aceitação resignada do que está por vir, confiante no discernimento de quem comanda a naus do Estado". Portanto, acreditar é obrigatório: "o dever patriótico impõe acreditar no êxito das medidas..."

Mas as ameaças e tentativas de recriar a imagem dos subversivos, numa reedição do "Ame-o ou deixe-o", vão mais fundo:

"Será crime de traição nacional toda e qualquer tentativa de parcelar a unidade nacional (...). Nem nada será mais ilegítimo do que contrapor interesses de minorias ao interesse comum, como resíduos radicais, insignificantes e isolados estão ensaiando (...) iniciativas de espalhar o caos (...) ato de traição à democracia. (Sarney) é o comandante supremo: tudo o que ferir sua autoridade atingirá também a nação. A nação estigmatizará como maus brasileiros e traidores todos os que, por ambição pessoal e política, não compreenderem a grandeza do momento (...) não serão perdoados (...). Declarada a guerra contra a inflação, não pode haver o exército de divergências por um prazo de 3 meses, que é o mínimo indispensável para obter resultados" (editorial do Jornal do Brasil, 2-3-1986).

"Trata-se de desarmar os adversários, desarticular os inimigos, desmoralizar a conspiração. Para isso basta saber mobilizar o apoio latente da maioria esmagadora da nação, que é, desde já, evidente" (editorial do Jornal da Tarde, 10-3-1986).

A essa sinfonia claramente orquestrada junta-se a palavra do ministro da Justiça, Paulo Brossard:

"São os inimigos da solução do governo que estão dizendo que o Decreto-lei representa um achatamento salarial" (Estado de São Paulo, 2-3-1986).

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, não se omite e recomenda quod a CUT pense com patriotismo e não coloque os interesses da classe trabalhadora acima dos interesses do país (Jornal da Tarde, 10-3-1986, p.21).

Seu colega de Ministério, Antonio Carlos de Magalhães, troca em miúdos: o perigo vem dos movimentos trabalhistas e o governo deve ter "pulso firme por 3 ou 4 meses". Conhecendo a figura, sabe-se o que significa pulso firme (que pode coexistir com dedos ágeis...).
A tempestade de ideologia não deixa impunes os técnicos da razão. Assim, o IBGE tem procurado convencer a Fundação Getúlio Vargas e o DIEESE a “esquecer” os aumentos de preços ocorridos entre 15 e 28/2. Afinal, eles acabariam sendo computados na inflação de março. Como a fé cega é indispensável ao sucesso do plano, seria “demais para os assalariados ver que logo no primeiro mês de austeridade e enforcamento de comerciantes a inflação não fora debelada.

O significado político do pacote, no contexto da “transição transada”, talvez tenha sido definido com mais felicidade pelo PCB. Segundo seu deputado, Alberto Goldman, “o governo fez o pacto sem pactuar”.

E é aqui que o carro pega. Talvez fosse mais correto dizer que o governo se antecipou ao pacto de resignação e criou condições políticas para que ele seja quase irrecusável.

O leitor certamente terá ouvido falar, seguidas vezes, do Pacto de La Moncloa, que marcou a passagem da ditadura franquista à nova democracia espanhola.* Citado como exemplo por Tancredo, Ulysses Guimarães e tantos outros, ele parecia indicar para o futuro dos brasileiros uma “mesa redonda” de negociações. Na verdade, porém, o chamado Pacto de la Moncloa consistiu em medidas semelhantes, guardadas as muito devidas proporções, às agora tomadas pelo governo brasileiro. Na Espanha, o ministro das Finanças do franquismo recauchutado chamou ao palácio do governo os partidos políticos com representação parlamentar (inclusive o Partido Comunista Espanhol e o Partido Socialista Operário Espanhol). Propôs um plano de “saneamento econômico” austero para os assalariados, ao lado de um calendário de institucionalização (reformas políticas, Constituinte, etc). Saindo do palácio, os partidos de oposição se puseram a convencer os setores mais teimosos das centrais sindicais que se haviam construído na resistência. Nos anos seguintes, governo e patrões puderam impor aos sindicatos “acordos nacionais” cada vez mais duros e humilhantes. Os resultados: desemprego massivo (mais de 20% da população ativa), subemprego e trabalho não registrado (sem seguro social), estagnação do salário real, gigantesca desafiliação sindical e pulverização da esquerda política (o PCE, por exemplo, “rachou” seguidas vezes e perdeu perto de 70% de seus eleitores).


A dependência da iniciativa dos sindicatos e dos partidos de oposição, o resultado pode ser a condensação dos opositores num gueto reduzido e um novo alento à reestruturação capitalista sobre novas bases.

O ex-ministro e dirigente empresarial Carlos Rischbieter aponta os novos caminhos. Segundo seu parecer, o plano veio em momento oportuno, "depois de um semestre fantástico para as empresas", e agora o empresário teria de buscar eficiência e produtividade, para ter margem de manobra nas negociações salariais (Jornal da Tarde, 4-3-1986, p.13).

Aconselhando os sindicatos, a economista Maria Conceição Tavares, assessora do governo, recomenda comodimento para que movimentos grevistas não provoquem aumentos da rotatividade como reação das empresas (Folha de São Paulo, 5-3-1986). A ingênua (para quem?) tática de " fingir de morto" pode porém ter o efeito inverso, já que a rotatividade não é apenas reação empresarial à greves, mas também uma readaptação permanente à "necessidade" de manter ou ampliar a taxa de lucro. O industrial Laerte Setúbal, de olho na repartição intracapitalista da mais-valia, decreta: o terciário será obrigado a transferir parte de sua renda para a indústria (Gazeta Mercantil, 7-3-1986, p.3). No braço-de-ferro entre indústria-comércio, ou entre grandes montadoras e fornecedoras de autopeças, por exemplo, pode-se antever que "sobrará" para o trabalhador a taxa da eficiência: aumento da intensidade do trabalho e do emprego sem registro, rotatividade, etc. Aliás a própria anualização dos reajustes abre uma porta a mais para a rotatividade. Quando os reajustes eram semestrais, os trabalhadores não podiam ser demitidos 2 meses num ano (os meses que precediam os reajustes). Agora essa frágil garantia cai para um ano, como lembra Walter Barelli, economista do DIEESE.

Os ministros do Planejamento e da Fazenda utilizam obsessivamente uma analogia médica para o seu "plano de estabilização": trata-se de "engessar" temporariamente a economia para consertar rachaduras e anomalias. Se os trabalhadores aceitarem o torniquete e não mexerem o gesso, arriscam-se a ver conservado e ampliado o desvio "ortopédico" de seus salários. E atrofiados os músculos de sua organização sindical e política.

Atentos para esse fato, governo e empresários carregam pesado na campanha ideológica de isolamento e desmoralização dos núcleos resistentes – no caso, a CUT, o DIEESE, o PT, por exemplo. E tratam de manter os limites que o entulho autoritário havia fixado para os direitos políticos (censura mantida, Constituinte prostituída, tutela militar mais que evidente). Mas é no terreno sindical e trabalhista que os cuidados precisam ser maiores. Assim, entramos no terreno mais confuso, delicado e paralisado da Nova República. Não apenas centenas de projetos alterando a legislação trabalhista estão em-
perrados no Congresso, mas o próprio Executivo trata de conter iniciativas nesse campo. É o que veremos a seguir.

II. A POLÍTICA SINDICAL DA NOVA REPÚBLICA

1. A herança da ditadura

A herança do novo governo na área trabalhista era pesada: lei de greve, estrutura sindical e demais acessórios da ditadura. Não sejamos porém tão injustos. Muitos desses penduricalhos existiam bem antes de 1964 e os militares não fizeram mais que azeitar e atualizar alguns deles.

A estrutura sindical é um exemplo. Ela se encontra atualmente em discussão no Congresso Nacional — uma vez que se debate a ratificação da Convenção nº 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que instauraria a liberdade e autonomia sindicais.

A Convenção — existente desde 1948 e não ratificada pelo Congresso brasileiro * — afirma o direito de qualquer grupo de trabalhadores de organizar sindicatos livres. O que significa isso? Em primeiro lugar, que os sindicatos não precisam de autorização prévia do governo. Teriam autonomia para definir o setor, grupo, ramo ou empresas que representam, independentemente de qualquer enquadramento estatal. Em segundo lugar, a associação ao sindicato é livre, não sendo obrigados os trabalhadores a pagar contribuições para organismo ao qual não tenham voluntariamente aderido. Em terceiro lugar, os sindicatos seriam livres para elaborar seus estatutos, programas de ação, além de administrar seus orçamentos. Não poderiam, além disso, haver restrições à sindicalização (por exemplo, a dos funcionários públicos) nem à filiação dos sindicatos a uniões, federações e confederações nacionais ou estrangeiras.

Bem, o leitor informado saberá reconhecer, nessa síntese da Convenção 87, o que está em dispuuta quando se fala na reestruturação sindical no Brasil. Destaquemos porém seus pontos principais.

Os sindicatos brasileiros têm, na verdade, “funções delegadas pelo poder público”. Entre elas a de arrecadar impostos e estender acordos, isto é, legislar sobre toda a categoria ou ramo que supostamente representam — e não apenas sobre seus associados. O trabalhador da categoria é obrigado a pagar

contribuições para um sindicato onde não está inscrito e sobre cujos atos não tem portanto direito de influir (votar nas eleições e assembléias, por exemplo). Para conquistar este último direito, deve pagar uma contribuição a mais, a mensalidade de associado.

Para ter sua existência reconhecida e representar legalmente seus membros — por exemplo, numa negociação — a entidade necessita da “carta sindical”, reconhecimento formal do Ministério do Trabalho. Este, previamente, determina o “mapa” das atividades e profissões que deve limitar a abrangência do sindicato — é o trabalho da chamada Comissão de Enquadramento do Ministério do Trabalho. Além disso, o Ministério apenas reconhece um sindicato numa atividade ou profissão, numa determinada base territorial — é a “unicidade sindical”. Cabe ainda ao governo, evidentemente, deixar de reconhecer a entidade, dividi-la, reenquadrá-la, etc.

O reconhecimento pelo Ministério do Trabalho implica a possibilidade de intervir na sua direção, cassar a carta da entidade, vigiar e determinar as regras de sua administração e anular decisões de sua diretoria ou assembleia. Ao Ministério do Trabalho ainda coube determinar a forma de suas eleições internas e os correspondentes impedimentos. Desse modo, o voto é obrigatório aos associados, mas só podem ser votados para a direção sócios com dois anos na atividade, na base e no sindicato, que não tenham direitos políticos cassados e que não tenham propagandeado ideias consideradas nocivas aos “interesses nacionais”. O arbítrio do Ministério do Trabalho é portanto bastante amplo e nem precisava do “estatuto-padrão”, fórmula obrigatória decretada em 1958 (Portaria 126) e revogada em dezembro de 1984, no apagar das luzes do regime militar.

Além de tudo isso, a legislação brasileira proíbe a sindicalização de funcionários públicos e a filiação de entidades brasileiras a organismos internacionais, sem autorização expressa da Presidência da República.

O número de sindicatos cresceu, segundo dados do Ministério do Trabalho, do seguinte modo:

<table>
<thead>
<tr>
<th>ANO</th>
<th>SINDICATOS URBANOS</th>
<th>RURAIS</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1964</td>
<td>1.948</td>
<td>189</td>
</tr>
<tr>
<td>1968</td>
<td>1.991</td>
<td>632</td>
</tr>
<tr>
<td>1974</td>
<td>1.949</td>
<td>1.549</td>
</tr>
<tr>
<td>1984</td>
<td>2.312</td>
<td>2.455</td>
</tr>
</tbody>
</table>
No plano vertical, a estrutura seria, em números, a seguinte:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Confederacao Nacional</th>
<th>Federações</th>
<th>Sindicatos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria)</td>
<td>63</td>
<td>1.183</td>
</tr>
<tr>
<td>CNTC (Conf. Nacional dos Trabalhadores no Comércio)</td>
<td>29</td>
<td>480</td>
</tr>
<tr>
<td>CNTT (Conf. Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres)</td>
<td>6</td>
<td>109</td>
</tr>
<tr>
<td>CNTTMFA (Conf. Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos)</td>
<td>8</td>
<td>183</td>
</tr>
<tr>
<td>CONTEC (Conf. Nacional de Trabalhadores em Empresas de Crédito)</td>
<td>15</td>
<td>147</td>
</tr>
<tr>
<td>CONTGOP (Conf. Nacional de Trabalhadores em Comunicações e Publicidade)</td>
<td>6</td>
<td>93</td>
</tr>
<tr>
<td>CNTEEC (Confederação Nacional de Trab. em Empresas de Educação e Cultura)</td>
<td>7</td>
<td>117</td>
</tr>
<tr>
<td>CONTAG (Conf. Nacional de Trabalhadores na Agricultura)</td>
<td>21</td>
<td>2.455</td>
</tr>
</tbody>
</table>

O leitor se surpreenderá se fizer as contas. Seguramente são mais de 70 mil dirigentes (uns 115 mil, no limite). O que representam? São trabalhadores com 3 anos de mandato e portanto 4 anos de estabilidade, no país da rotatividade de emprego.* Além do mais, em grande número de casos, com prestígio e meios materiais de uma autoridade pública local.

Como se pode ver, os gestores dessa máquina podem se dirigir à sua clientela com alguns recursos consideráveis. Sobretudo se considerarmos o universo absolutamente desesperador da classe trabalhadora brasileira. Formadores de opinião, conselheiros e cabos-eleitorais, teriam eles excelentes condi-

---

*A “seleção” é dura. Segundo os dados da RAIS (Relações Anuais de Informações Salariais, Ministério do Trabalho), perto de 70% do assalariados — isto é, justamente aqueles situados na base da pirâmide salarial — trabalham em média 7,5 meses por ano. Assim, 70% da força do trabalho “formalizada”, além de perder anualmente o emprego, perde seus “direitos sindicais” a cada 8 meses, inclusive o de se candidatar a qualquer cargo. A rigor, aliás, são cidadãos sem quase nenhum direito de cidadania. Permite-se que paguem impostos, prestem o serviço militar, emocionem-se com o hino nacional e rezem pela vida do Rei, que Ihes foi outorgado pela corte.
ações de manipular políticamente grandes massas... com o inconveniente, porém, de ter de convencê-las a serem esfoladas sem gritar.

2. As alterações prometidas — e as promovidas

Essa situação — embora ambígua — fez da estrutura sindical uma das mais valiosas forças conservadoras da sociedade brasileira. O que explica o temor da classe dominante frente à sua possível dissolução, ou à conquista dos “aparelhos” por chapas oposicionistas “radicais”.

As iniciativas do novo governo, no sentido de alterar em profundidade a estrutura sindical, foram tímidas, para dizer o menos. Permissão de volta dos dirigentes cassados à ativa, afrouxamento das regras para as eleições sindicais, deixadas agora a cargo dos estatutos de cada entidade, algumas escaramuças com setores da burocracia para moralizar eleições (ou “modernizar” dirigentes) em órgãos de cúpula (como a Federação dos Metalúrgicos, em São Paulo). Nada mais. O empenho na regulação do “entulho autoritário” do Título V da CLT ficou no papel, enfeitando o currículo do líder do governo no Congresso. E o ensaio para a aprovação da Convenção 87 não resistiu às primeiras pressões, no Senado Federal. Ficou para este ano. Ou para a Constituinte. Ou para...?*

Mas, por que ratificar a Convenção 87, que desmontaria a máquina que descrevemos mais acima? Bem, há aí um problema de difícil resolução. Os sindicatos têm hoje, por força de lei, o monopólio de representação de suas categorias. E nenhuma homologação pode ser assinada sem a sua assinatura. Situação extremamente conveniente para os empresários... desde que se possa controlar rígidamente as entidades sindicais, pelo peleguismo ou pela repressão policial. Pois bem. E quando entidades significativas caem sob a direção de chapas “radicais”? E quando as condições políticas não são tão favoráveis às intervenções, cassações e ocupações militares dos sindicatos? O Ministério do Trabalho do regime militar vinha, há bom tempo, afirmando que as formas vigentes de negociações coletivas e a estrutura sindical se tornariam anacrônicas diante de um quadro de “abertura política” ou de turbu-

*Mais recentemente, o Ministério do Trabalho declarou que o governo não pretende ratificar a Convenção 87 da OIT, mas estabelecer uma “legislação intermediária” que, em geral, mantém a atual. No início do ano, aliás, Pazzianotto demitiu o delegado do Ministério em São Paulo, por motivos pelo menos estranhos. Um deles foi a ofensiva do delegado contra empresas, que usavam e abusavam do trabalho temporário e precário, entre elas o poderoso Banco Itaú, do ex-ministro do Exterior, Olavo Setúbal. O outro, a portaria do delegado — imediatamente revogada pelo ministro — estabelecendo estabilidade para membros de conselhos consultivos dos sindicatos, o que ampliaria o número de militantes protegidos contra a repressão patronal.
lências econômicas. Incontáveis seminários de empresários, sindicalistas e técnicos do governo foram realizados nos últimos três anos, para analisar essas alternativas. O Ministério de Figueiredo chegou a inventar para isso o IBRART (Instituto Brasileiro de Relações do Trabalho), encarregado de promover estudos e “treinar” empresários, sindicalistas e técnicos em “modernas formas de negociação e arbitragem”. Um analista simpático ao novo governo lembrava, por outro lado, o obstáculo representado pelo sindicalismo “combative”, que se opõe a pactos de submissão. Embora controlasse poucos sindicatos no país, estes poucos significavam muito. Primeiro, porque as categorias que representavam eram numerosas e com altas taxas de sindicalização e participação política. Segundo, porque está fortemente instalado em setores estratégicos da economia. Portanto, sem a concordância dos “cutistas” nenhum pacto iria adiantar. O governo teria de encontrar uma fórmula política de conduzí-los ao altar... por amor ou por mero constrangimento.

O empresariado examina as possibilidades de flexibilizar as instâncias de representação dos trabalhadores, flexibilizar os termos de contratação (tornando mais fácil a aceitação de trabalho temporário e precário), flexibilizar as formas de negociação coletiva.

São a esse respeito esclarecedoras as reações empresariais ao projeto de lei sobre negociações coletivas, apresentado pelo ministro do Trabalho Almir Pazzianotto, em maio de 1985. O jornal O Estado de São Paulo dedica a ele nada menos que três editorialis furiosos, lamentando que o texto restrinja a “relativa liberdade dos trabalhadores de uma empresa que desejem negociar diretamente com seus empregadores” (28-5-1985, p.3). O jurista Otávio Bueno Magano apresenta substitutivo que admite a negociação em separado, elimina quase completamente a intervenção governamental (Justica do Trabalho, Ministério) e propõe que a convenção seja válida apenas para os sindicalizados.

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) chegou a propor, além disso, comentando as propostas de Pazzianotto, que se deveria prever e permitir que empresas “sem possibilidades” concedessem reajustes inferiores aos índices de inflação ou aos negociados no conjunto do ramo ou setor.

Em certos momentos, parecia que a política do novo governo com relação ao movimento sindical era não ter política. Os mecanismos básicos de atrelamento sindical e repressão não foram removidos. Apenas deixaram de ser utilizados. A ação repressiva — farta e generosa com bolas-frias ou metalúrgicos — foi atribuída a “restos” do autoritarismo nas corporações policiais. As demissões políticas — não apenas no setor privado, que seguiu sendo como era na Velha República, mas também nas empresas estatais, como Correios, Arsenal da Marinha, etc. — caíram no saldo devedor da “direita da Aliança Democrática”.

252

Greves na empresa de Correios e Telégrafos ou entre os metalúrgicos do Arsenal da Marinha: a resposta do Ministério é demitir em massa e denunciar “infiltrações”. O ex-ministro Delfim Netto costumava chamar as reivindicações e críticas da oposição de “tolices” e os grevistas de “subversivos com interesses políticos”. O sr. José Sarney, em edição revista e ampliada do mesmo sermão, adverte que as “reivindicações primárias e anarquistas” e a “desobediência civil” serão reprimidas sem tolerância.

A oposição (e a esquerda dita responsável) ganhou um pedaço do governo? Ou os restos reabilitados da ditadura ganharam um pedaço da oposição? Os sonhos da “transição sem traumas” ameaçam virar pesadelos bem reais, onde não se sabe para onde se “transita”, mas se sabe muito bem quem se traumatiza.

Desse modo, o primeiro ano da Nova República fechava um balanço ostentando conquistas que mais teve que tolerar ou suportar do que propriamente instaurar. Ligeiras recuperações salariais obtidas às custas de pressões e retaliações – como as demissões massivas no setor privado e estatal. Conquista ousada de certa liberdade na ação sindical – obtida às custas da indecisão ou divisão da equipe de governo. Mas um lance ousado, nas vésperas do primeiro aniversário do novo governo, restituiu ao Executivo a iniciativa do jogo. A CUT, por exemplo, está sendo obrigada a rever a tática de sua Campanha Nacional de Lutas, calcada em seis reivindicações que foram parcialmente confundidas pela manobra governista: redução da jornada para 40 horas semanais, reajustes trimestrais de salários, salário mínimo real, salário-desemprego, congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, reforma agrária. Assim, ao lado de manter a resistência, empresa por empresa, setor por setor, será obrigada a pôr na mesa novas reivindicações, como a estabilidade no emprego, ou formas de controle dos trabalhadores sobre a produção e o investimento (as comissões de empresa, por exemplo), já que o pacote se concentra na circulação das mercadorias.

O primeiro round da transição foi ganho, nos últimos instantes, pela oligarquia restaurada. Mas não houve nocaute (aliás, seria possível?). O ex-
presidente do PDS — articulador da votação dos decretos de arrocho de 1983 e contra as diretas em 1984 — transformou-se em líder da justiça social e da democracia. O que não deixa de ser uma prova de competência bastante peculiar...

- *Reginaldo "Regis" Morais é professor na UNICAMP.*